

Contribuições do Curso de Graduação em Turismo para a Formação e o Desenvolvimento de Competências Profissionais nos Discentes: um estudo longitudinal e comparativo em duas instituições de ensino superior brasileiras

Autoria: Kely Cesar Martins de Paiva, Michelle Regina Santana Dutra, Mariana Branquinho Macedo, Alice de Freitas Oleteo

Agradecimentos à FAPEMIG.

Resumo

Esta pesquisa buscou analisar como são percebidas as contribuições, ideais e reais, de dois cursos de graduação em Turismo, para a formação e o desenvolvimento das competências profissionais de seus alunos, na percepção deles próprios. A problematização percorreu três eixos: a evolução do ensino superior no país, a evolução atípica do curso de turismo e as competências profissionais a serem formadas nos discentes, futuros turismólogos. Na pesquisa empírica, foram realizadas duas coletas de dados (uma no ano 2013, outra em 2015), configurando um estudo longitudinal, além de comparativo, descritivo e com abordagem quantitativa. Tais coletas abordaram alunos de dois cursos de graduação em Turismo, um ofertado por uma instituição de ensino superior pública e outro por uma instituição privada, localizadas em Belo Horizonte (MG). O questionário foi composto por duas partes: a primeira incluiu dados sócio-demográficos e, na segunda, as competências previstas nas diretrizes curriculares nacionais para o referido curso, na qual o respondente deveria assinalar seu nível de concordância com relação às contribuições do curso por meio de uma escala do tipo Likert de 5 graus. Os dados apontaram avaliações satisfatórias dos abordados acerca das competências prescritas nas diretrizes, no campo do ideal, e apenas na instituição pública foram apurados escores medianos nas contribuições reais. Isso indica um nível de exigência maior entre os alunos da instituição pública, apesar das médias e percentuais de avaliações em nível satisfatório terem diminuído em ambas instituições, de uma coleta para outra. Ao final, sugestões de pesquisas futuras foram alinhadas.

Palavras Chaves: Competências Profissionais, Turismo, Ensino Superior, setor público, setor privado.

1. INTRODUÇÃO

Em 1996 foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), conhecida como LDB-1996. Esta lei provocou diversas mudanças em todos os níveis de ensino, incluindo o superior. O objetivo da reorganização da educação em nível superior no país foi “o ajustamento das universidades a uma *nova orientação política* e uma *nova racionalidade técnica*” (Catani & Oliveira, 2002, p. 22, grifos dos autores). A partir de então, a estruturação dos cursos superiores no país deveria se pautar em diretrizes curriculares nacionais, a serem redigidas posteriormente (Brasil, 1996).

Além disso, com a LDB-1996, as possibilidades de criação e ampliação de atuação de instituições de ensino superior (IES) foram ampliadas, fato observável no crescimento significativo de IES no país: em 2002, eram 1.637 instituições e, em 2012, foram contabilizadas 2.416 instituições. Quanto aos cursos ofertados, a expansão também é notável: em 2002, foram ofertados 14.399 cursos de graduação presenciais e 46 a distância e, em 2012, foram 30.718 e 1.148, respectivamente. (INEP, 2003, 2012)

No caso específico dos cursos de graduação em Turismo, essa evolução não se concretizou nos mesmos moldes: em 2002, eles somavam 377 apenas na modalidade presencial; em 2007, eram 527, mas vários deles foram encerrados em decorrência de avaliações negativas do Ministério da Educação (MEC). Soma-se a isso a queda na procura dos alunos, chegando em 2011 com uma oferta de apenas 285 cursos presenciais (231 de IES privadas e 54 públicas) e 5 a distância (3 de IES privadas e 2 públicas). (INEP, 1998, 2003, 2011)

Nesse curso, as diretrizes curriculares foram publicadas em 2006 e continuam a mesma estrutura dos demais, ou seja, definições acerca dos conteúdos do projeto pedagógico do curso, perfil do graduando, competências e habilidades do egresso, organização curricular, estágio curricular supervisionado, atividades complementares e trabalho de conclusão de curso, além de exigências operacionais junto às IES (MEC, 2006). Em linhas gerais, o curso deve estimular a capacitação dos alunos no que tange torná-lo apto para compreender questões de variadas naturezas relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, assim como ser capaz de realizar um processo de tomada de decisão fundamentado em flexibilidade e adaptabilidade (MEC, 2006).

Entende-se que tal qualificação oriunda da formação superior pode não se refletir, efetivamente, em uma ação produtiva, reconhecida socialmente. Isso significa que o egresso pode estar qualificado, mas não ser competente no seu dia a dia de trabalho, pois a competência profissional é entendida como algo contextual, cuja avaliação se dá *a posteriori* em relação à ação do indivíduo, diferentemente da qualificação que o capacita para tal ação, que reflete seu potencial (Paiva, 2007; 2013).

Essa compreensão da competência profissional implica sua contestação em diversos âmbitos (Paiva, 2013), mas a formação acadêmico-profissional é seminal nesse sentido. Surge dessa constatação, a importância de se pesquisar junto a alunos e professores como um curso de graduação deveria estar e como está efetivamente contribuindo para a formação e o desenvolvimento de tais competências profissionais nos alunos. Como o histórico dos cursos de Turismo no país é diferenciado, focalizou-se nele a pesquisa aqui apresentada.

Deste modo, a pesquisa apresentada neste artigo buscou analisar como são percebidas as contribuições, ideais e reais, de dois cursos de graduação em Turismo para a formação e o desenvolvimento das competências profissionais de seus alunos, na percepção deles próprios.

Este artigo está estruturado em seis partes, sendo a primeira esta introdução, a segunda abrange competências profissionais de modo geral, a terceira aborda as prescrições das diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Turismo, a quarta a metodologia, a quinta a apresentação e análise de dados e, por fim, as considerações finais, seguidas das referências.

2. SOBRE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

Conforme citado anteriormente, competência é diferente de qualificação:

o conceito de qualificação incorpora um conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelas pessoas no decorrer dos processos de socialização e de educação / formação, os quais as capacitavam

potencialmente a desempenhar tarefas num posto de trabalho de maneira satisfatória (...). Já o conceito de competência diz respeito à capacidade real para atingir um fim num determinado contexto, capacidade esta constituída por certos conhecimentos e habilidades necessários ao indivíduo. (Paiva & Melo, 2008, p. 345).

Enquanto qualificações são permanentes, as competências profissionais são contextuais e mutáveis (Paiva & Melo, 2008), daí o pressuposto de que sua formação e seu desenvolvimento ocorram vinculados à realidade do sujeito (Paiva & Melo, 2008; Zarifian, 2001).

Outros autores vão entender a competência profissional como aquilo que realmente é entregue no ato do trabalho (Fleury & Fleury, 2001; Dutra, 2004), o que denota uma relação entre meios e fins, entre o que o trabalhador sabe fazer e o que ele realmente faz, observável por ele próprio e/ou por terceiros. Nesse sentido, Fleury e Fleury (2001, p. 188) entendem competência como “um saber agir responsável e reconhecido, que implica em mobilização, integração e transferência de conhecimentos, recursos e habilidades que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”. Tais saberes estão descritos no Quadro 1.

Quadro 1:

Competências para o profissional

Competências	Significados
Saber agir	Saber o que e por que faz Saber julgar, escolher, decidir
Saber mobilizar	Saber mobilizar recursos de pessoas, financeiros, materiais, criando sinergia entre eles
Saber aprender	Trabalhar o conhecimento e a experiência Rever modelos mentais Saber desenvolver-se e comprometer-se com os objetivos dos outros
Saber comprometer-se	Saber engajar-se e comprometer-se com os objetivos da organização
Saber assumir responsabilidades	Ser responsável, assumindo os riscos e as conseqüências de suas ações, e ser, por isso, reconhecido
Ter visão estratégica	Conhecer e entender o negócio da organização, seu ambiente, identificando oportunidades, alternativas

Fonte: Fleury & Fleury, 2001, p. 188.

Dada a polissemia do termo, adotou-se, para fins deste estudo, o conceito de Paiva (2013, p. 505):

mobilização de forma particular pelo profissional na sua ação produtiva de um conjunto de saberes de naturezas diferenciadas (formados por componentes cognitivos, funcionais, comportamentais, éticos e políticos) de maneira a gerar resultados reconhecidos individual (pessoal), coletiva (profissional), econômica (organização) e socialmente (comunitário).

Este conceito considera tanto os saberes adquiridos pelo profissional durante sua formação acadêmica como os resultados por ele gerados, observáveis por diversos públicos que, por meio de mecanismos de feedback, contribuem para seu desenvolvimento permanente.

Esse conceito permite refletir sobre as prescrições das diretrizes curriculares nacionais, em especial do curso de graduação em Turismo, foco deste estudo, cujos detalhes se apresentam a seguir.

3. SOBRE DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

Em 2006, foram formalizadas as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Turismo, DCN-CGT (MEC, 2006), explicitando o que o Ministério da Educação esperava desse curso no que diz respeito à sua estrutura formal, ao perfil de alunos e egressos, e a determinados trabalhos acadêmicos. No § 2º do Art. 2º, as DCN-CGT recomendam a adoção de linhas de formação específicas, as quais devem ser “direcionadas para diferentes áreas ocupacionais relacionadas com o turismo, abrangendo os segmentos ecológicos e ambientais, econômicos, culturais, de lazer, de intercâmbio de negócios e promoção de eventos e serviços, para melhor atender as necessidades do perfil profissiográfico que o mercado ou a região exigirem” (MEC, 2006, p. 2).

Já no Art. 4º, as exigências do MEC em termos das competências “mínimas” a serem formadas nos egressos são dispostas em 19 incisos, descritas no Quadro 2.

Quadro 2:

Competências dos egressos do curso de graduação em Turismo, conforme DCN-CGT

Inciso	Competências
I	compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo
II	utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, Planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais
III	positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo
IV	domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais
V	domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos
VI	adequada aplicação da legislação pertinente
VII	planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento
VIII	intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados
IX	classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão
X	domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana
XI	domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista
XII	comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social
XIII	utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais
XIV	domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida
XV	habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos
XVI	integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais
XVII	compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem

XVIII	profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico
XIX	conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

Fonte: MEC, 2006, p. 2-3.

Nas diretrizes também constam os conteúdos básicos, específicos e teórico-práticos a serem abordados visando o desenvolvimento de tais competências. Conteúdos Básicos são “estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas”. Já os Conteúdos Específicos são “estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira”. Finalmente, os Conteúdos Teórico-Práticos são os “estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios”. (MEC, 2006, p. 3)

Por fim, mas não menos importante, as diretrizes incitam a articulação de outras atividades pedagógicas como estágios, trabalhos de conclusão de curso e trabalhos complementares, com o objetivo de avançar nos ganhos de aprendizagem dos alunos que favoreçam a formação e o desenvolvimento de suas competências profissionais.

Para tentar apreender como o curso de Turismo de duas instituições superiores deveria e efetivamente vem contribuindo para tal processo, foi realizada uma pesquisa empírica com alunos e professores dos tais cursos, porém neste artigo apenas os dados dos alunos foram expostos, dadas as dimensões definidas pela organização do V Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade – EnEPQ.

4. METODOLOGIA

Visando o atingimento do objetivo geral do estudo, foram realizadas duas coletas de dados em cada IES, uma no ano 2013 e outra em 2015, configurando um estudo longitudinal, além de comparativo, descritivo e com abordagem quantitativa. (Vergara, 2009)

Como mencionado, foram abordados alunos e professores de dois cursos de graduação em Turismo, um ofertado por uma IES pública e outro por uma IES privada, ambas localizadas em Belo Horizonte (MG). Após aprovação do projeto da pesquisa no comitê de ética em pesquisa da IES pública, começou-se a primeira coleta de dados e, dois anos depois, procedeu-se à segunda. Pelo motivo apresentado anteriormente, apenas os dados dos alunos serão apresentados neste artigo.

O questionário foi o principal instrumento de coleta de dados e foi composto de duas partes: a primeira incluiu dados sóciodemográficos e, na segunda, as competências previstas nas diretrizes curriculares nacionais para o referido curso, na qual o respondente deveria assinalar seu nível de concordância com relação às contribuições do curso por meio de uma escala do tipo Likert de 5 graus, sendo “1 - discordo totalmente” e “5 – concordo totalmente”. Nesta parte haviam duas colunas para o respondente assinalar, sendo uma onde ele deveria indicar a concordância no campo do ideal (como deveria ser, o desejado) e, na segunda, no campo do real (como efetivamente vem ocorrendo, o efetivo na sua percepção). Os níveis de avaliação

das contribuições do curso foram diferenciados entre satisfatório (acima de 3,5), mediano (entre 3,4 e 2,5) e insatisfatório (abaixo de 2,4).

Todos os dados foram lançados em planilha eletrônica e analisados por meio de estatística descritiva uni (medidas de posição e dispersão, como médias, medianas; percentuais de respondentes por nível de avaliação) e bivariada (testes de comparação, não paramétricos, pois os dados violaram as condições de normalidade da amostra, fato usual quando da utilização desse tipo de escala).

Deste modo, foi possível comparar as percepções dos respondentes acerca das contribuições ideais e reais do seu curso para a formação e o desenvolvimento de suas competências profissionais, como prescritas na legislação (MEC, 2006), assim como comparar as respostas entre as coletas e entre as instituições, como poder-se-á observar adiante.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A apresentação e análise dos dados contou com: perfil dos respondentes por IES e por coleta; percepções dos respondentes quanto às contribuições do curso nas respectivas IES, tanto no âmbito ideal quanto no real, por ano de coleta (2013-2015); resultados dos testes de comparação. Foram elaboradas tabelas-sínteses onde constam percentuais de respondentes por nível de avaliação das contribuições do curso e médias gerais, separando ideal do real e por ano de coleta, e incluindo-se os resultados dos testes de comparação entre coletas e entre ideal e real.

5.1 Dados da IES Pública

5.1.1 Dados dos respondentes da IES Pública

Na primeira coleta de dados, realizada em 2013, 151 alunos responderam ao questionário, e os seguintes dados sócio-demográficos e acadêmicos foram identificados:

- Sexo: 40 (26,5%) homens e 111 (73,5%) mulheres;
- Estado Civil: 144 (95,4%) solteiros, 5 (3,3%) casados, um (0,7%) separado ou divorciado e um (0,7%) em união estável;
- Idade: 73 (48,3%) com menos de 20 anos, 65 (43,2%) de 21 a 25 anos, 5 (3,3%) de 26 a 30 anos, 4 (2,6%) de 31 a 35 anos, 2 (1,3%) de 41 a 45 anos, e 2 (1,3%) com mais de 46 anos;
- Tempo de trabalho na área de turismo (incluindo-se estágios): 70 (46,4%) sem experiência na área, 29 (19,2%) menos de 6 meses, 24 (15,9%) de 7 a 12 meses, 13 (8,6%) de 13 a 18 meses, 8 (5,3%) de 19 a 24 meses, 2 (1,3%) de 25 a 30 meses, e 5 (3,3%) com mais de 31 meses de experiência no turismo;

Na segunda coleta de dados, realizada em 2015, 129 alunos responderam o questionário, e apurou-se que:

- Sexo: 26 (20,2%) homens e 103 (79,8%) mulheres
- Estado civil: 121 (93,8%) solteiros, três (2,3%) casados, um (0,8%) divorciado, três (2,3%) em união estável e um (0,8%) viúvo.

- Idade: 32 (24,8%) com menos de 20 anos, 80 (62,0%) entre 21 e 25 anos, 10 (7,8%) entre 26 e 30 anos, 4 (3,1%) entre 31 e 35 anos, um (0,8%) entre 36 e 40 anos e dois (1,6%) alunos com mais de 46 anos.
- Tempo de trabalho na área de turismo (125 respondentes): 59 (47,2%) alunos sem experiência, 32 (25,6%) com menos de 6 meses de experiência, 16 (12,8%) com experiência de 7 a 12 meses, 11 (8,8%) de 13 a 18 meses, 2 (1,6%) de 19 a 24 meses e 5 (4,0%) alunos com experiência de 25 a 30 meses.

Assim sendo, na coleta na IES Pública, predominaram mulheres (73,0% na primeira coleta e 79,8% na segunda), solteiros (95,4% e 93,8%, respectivamente), com menos de 20 anos (48,3%) na primeira coleta e entre 21 e 25 anos (62,0%) na segunda, e sem experiência na área (46,4% e 47,2%, respectivamente).

5.1.2. Competências reais e ideais dos respondentes da IES Pública

Inicialmente, observou-se que a maior parte dos estudantes abordados consideram as contribuições ideais do curso em nível satisfatório, em ambas as coletas, com percentuais de respondentes acima de 80%. Mas o que efetivamente ocorre (o real), na percepção deles, distancia-se disso em ambas as coletas, não se atingindo 80% de respondentes em nível satisfatório. Destacam-se os incisos XIV e XV, que na segunda coleta concentrou maioria de respondentes em nível de avaliação insatisfatório, donde se conclui que as contribuições do curso no que tange às competências “domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida” e “habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos” (MEC, 2006, p. 2-3) decresceram de modo preocupante.

Além disso, a percepção dos alunos da IES Pública de que o curso deveria contribuir mais com a formação e o desenvolvimento de suas competências, já que, tanto na primeira como na segunda coleta, todas as médias das contribuições ideais para competências prescritas em cada inciso foram consideradas significativamente (p -valor $< 0,05$) maiores que as médias das contribuições reais, indicando um déficit no cotidiano acadêmico.

Nota-se que quando comparadas as médias das competências ideais de cada inciso, os alunos avaliaram nove delas (IV, VIII, IX, X, XI, XII, XVI, XVII, XVII) de modo decrescente da primeira para segunda coleta; no âmbito do real, isto aconteceu apenas para quatro incisos (IV, XI, XIV, XV) (MEC, 2006, p. 2-3).

Tais resultados significativos foram destacados em negrito na Tabela 1.

Tabela 1: Médias e percentuais de alunos da IES Pública por nível de avaliação das contribuições ideais e reais do curso para a formação e o desenvolvimento de suas competências profissionais, conforme descritas nas DCN-CGT, separados por coleta, e resultados dos testes de comparação

Contribuições Respondentes	Ideal										Real										Resultados dos Testes de Comparação							
	% de alunos-respondentes Satisfatório					% de alunos-respondentes Insatisfatório					Média dos Itens					Média dos Itens					p-valor conclusão							
	C1		C2		C1	C1		C2		C1	C1		C2		RC1	RC2	RC1	RC2	IC1>IC2	IC1<RC1	IC1>RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
	C1	C2	C1	C2		C1	C2	C1	C2		C1	C2	C1	C2										IC1>IC2	IC1<RC1	IC1>RC1	RC1>RC2	IC2>RC2
I	98,7	99,2	0,0	0,8	1,3	0,0	4,85	4,9	76,8	72,7	14,6	17,2	8,6	10,2	3,99	4,0	0,206	0,000	0,000	0,388	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1<RC1	IC1>RC1	RC1>RC2	IC2>RC2
II	96,0	98,4	2,6	1,6	1,3	0,0	4,83	4,9	70,0	66,4	22,0	21,9	8,0	11,7	3,89	3,9	0,345	0,000	0,000	0,362	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1>RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
III	94,7	93,8	3,3	5,5	2,0	0,8	4,75	4,7	69,5	60,2	23,8	25,0	6,6	14,8	3,85	3,7	0,321	0,000	0,000	0,128	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1=RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
IV	96,7	91,4	2,0	7,8	1,3	0,8	4,83	4,7	58,3	50,8	31,1	32,8	10,6	16,4	3,69	3,4	0,008	0,000	0,000	0,021	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1=RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
V	94,0	92,2	4,7	7,0	1,3	0,8	4,75	4,7	56,7	57,5	32,0	27,6	11,3	15,0	3,61	3,6	0,146	0,000	0,000	0,407	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1<RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
VI	92,0	93,8	3,3	5,5	4,7	0,8	4,64	4,7	46,0	43,3	34,7	33,9	19,3	22,8	3,40	3,2	0,385	0,000	0,000	0,141	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1=RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
VII	95,4	96,1	1,3	3,9	3,3	0	4,78	4,8	59,7	57,0	30,2	22,7	10,1	20,3	3,64	3,5	0,054	0,000	0,000	0,222	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1>RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
VIII	93,4	89,8	3,3	9,4	3,3	0,8	4,70	4,6	60,0	52,3	29,3	34,4	10,7	13,3	3,63	3,5	0,009	0,000	0,000	0,142	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1>RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
IX	90,7	87,5	6,6	10,9	2,6	1,6	4,62	4,5	53,0	48,4	38,4	36,7	8,6	14,9	3,60	3,5	0,014	0,000	0,000	0,161	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1=RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
X	96,0	91,4	2,0	7,8	2,0	0,8	4,78	4,6	69,5	58,6	23,8	31,3	6,6	10,2	3,79	3,7	0,007	0,000	0,000	0,187	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1=RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
XI	97,4	93,8	0,7	5,5	2,0	0,8	4,80	4,7	69,5	54,7	22,5	33,6	7,9	11,7	3,81	3,6	0,006	0,000	0,000	0,029	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1=RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
XII	97,4	89,8	2,0	7,8	0,7	2,3	4,76	4,5	64,9	55,5	29,1	31,3	6,0	13,3	3,70	3,6	0,006	0,000	0,000	0,211	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1=RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
XIII	94,0	96,1	4,0	3,1	2,0	0,8	4,74	4,7	65,1	59,2	28,9	28,8	6,0	12,0	3,77	3,7	0,172	0,000	0,000	0,349	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1>RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
XIV	93,4	87,5	3,3	9,4	3,3	3,1	4,70	4,6	49,3	29,7	24,7	18,8	26,0	51,6	3,28	2,7	0,099	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1>RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
XV	87,4	80,0	7,3	13,6	5,3	6,4	4,44	4,3	47,0	24,8	25,8	31,2	27,2	44,0	3,19	2,8	0,091	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1=RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
XVI	92,7	87,5	5,3	12,5	2,0	0,0	4,70	4,6	59,6	60,2	34,4	26,8	6,0	12,6	3,72	3,7	0,023	0,000	0,000	0,451	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1<RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
XVII	95,4	94,5	3,3	5,5	1,3	0,0	4,73	4,6	62,3	68,8	28,5	22,7	9,3	8,6	3,79	3,8	0,046	0,000	0,000	0,299	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1=RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
XVIII	94,7	87,5	2,0	10,2	3,3	2,3	4,67	4,5	56,7	52,8	35,3	28,3	8,0	18,9	3,65	3,5	0,006	0,000	0,000	0,118	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1=RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2
XIX	92,7	92,8	4,0	7,2	3,3	0,0	4,61	4,7	60,9	62,1	31,1	31,5	7,9	6,5	3,72	3,8	0,093	0,000	0,000	0,181	0,000	0,000	0,000	IC1>IC2	IC1=RC1	IC1>RC2	RC1>RC2	IC2>RC2

Fonte: Dados da pesquisa.

As competências prescritas nos incisos IV e XI foram as mais controversas, com as menores médias no âmbito das contribuições efetivas do curso para sua formação e desenvolvimento, denotando fragilidades quanto ao domínio de técnicas e métodos relacionados ao planejamento das ações do turismo (MEC, 2006).

5.2. Dados da IES Privada

5.2.1. Dados dos respondentes da IES Privada

Na primeira coleta de dados, realizada em 2013, 82 alunos responderam ao questionário, e os seguintes dados sócio-demográficos e acadêmicos foram identificados:

- Sexo: 31 (37,8%) homens e 51 (62,2%) mulheres;
- Estado Civil: 62 (75,6%) solteiros, 16 (19,5%) casados, dois (2,4%) separados ou divorciados e um (1,2%) em união estável;
- Idade: 10 (12,2%) com menos de 20 anos, 28 (34,2%) de 21 a 25 anos, 17 (20,7%) de 26 a 30 anos, 11 (13,4%) de 31 a 35 anos, 7 (8,5%) de 36 a 40 anos, 4 (4,9%) de 41 a 45 anos, e 5 (6,1%) com mais de 46 anos;
- Tempo de trabalho na área de turismo (58 respondentes): 28 (48,3%) sem experiência na área, seis (10,3%) com menos de 6 meses, cinco (8,6%) de 7 a 12 meses, seis (10,3%) de 13 a 18 meses, dois (3,5%) de 19 a 24 meses e 11 (19,0%) com experiência de 25 a 30 meses.

Na segunda coleta de dados, realizada em 2015, 44 alunos responderam o questionário, e apurou-se que:

- Sexo: 30 (68,2%) homens e 14 (31,8%) mulheres;
- Estado Civil: 34 (77,3%) solteiros, 8 (18,2%) casados, um (2,3%) separado ou divorciado e um (2,3%) em união estável;
- Idade: quatro (8,9%) com menos de 20 anos, 17 (37,8%) de 21 a 25 anos, 8 (17,8%) de 26 a 30 anos, três (6,7%) de 31 a 35 anos, um (2,2%) de 36 a 40 anos, três (6,7%) de 41 a 45 anos, e 9 (20,0%) com mais de 46 anos;
- Tempo de trabalho na área de turismo (39 respondentes): 18 (46,2%) sem experiência na área, 7 (18,0%) com menos de 6 meses, quatro (10,3%) de 7 a 12 meses, dois (5,1%) de 13 a 18 meses, um (2,6%) de 19 a 24 meses e 7 (18,0%) com experiência de 25 a 30 meses.

Desse modo, na primeira coleta na IES Privada, as mulheres foram maioria (62,2% do total), o que não se observou na segunda coleta, que contou com 68,2% de homens. Quanto ao estado civil, o resultado é semelhante ao da IES Pública, pois a maioria dos respondentes foram solteiros (75,6% e 77,3%, respectivamente), com idade entre 21 e 25 anos (34,2% e 37,8%, respectivamente), e sem experiência na área (48,3% e 46,2%, respectivamente).

5.2.2. Competências reais e ideais dos respondentes da IES Privada

Semelhantemente ao que se apurou na IES Pública, na IES Privada as contribuições ideais e reais do curso em nível satisfatório foram percebidas, no campo do ideal, satisfatórias pela maioria (mais de 80% do total) e, no campo do real, não se atingiu 80% de respondentes em referido. Não foram observados decréscimos aviltantes de percentuais de respondentes de uma coleta para outra, no que tange aos percentuais de respondentes no nível de avaliação considerados satisfatório.

Na percepção dos alunos da IES Pública, também se observaram diferenças significativas entre as médias das contribuições ideais e reais do curso para a formação e o desenvolvimento de suas competências, em ambas as coletas, corroborando os dados da IES Pública.

Por fim, quando comparadas as médias das competências ideais de cada inciso, os alunos avaliaram quatro delas (I, III, VIII, XVII) (MEC, 2006, p. 2-3) de modo crescente da primeira para segunda coleta, mas no âmbito do real, nada pode se afirmar a variações entre as coletas, já que os testes resultaram em p-valores acima de 0,05.

Na Tabela 2, todos os resultados apurados na IES Privada estão dispostos e os resultados significativos dos testes de comparação também foram destacados em negrito.

Tabela 2: Médias e percentuais de alunos da IES Privada por nível de avaliação das contribuições ideais e reais do curso para a formação e o desenvolvimento de suas competências profissionais, conforme descritas nas DCN-CGT, separados por coleta, e resultados dos testes de comparação

Contribuições Responderentes	Ideal										Real										Resultados dos Testes de Comparação								
	% de alunos-respondentes					Média dos Itens					% de alunos-respondentes					Média dos Itens					p-valor conclusão								
	Satisfatório		Mediano		Instatisfatório	IC1		IC2		IC1	IC2		Satisfatório		Mediano		Instatisfatório	RC1		RC2		IC1>IC2		IC1<RC1		IC1>RC2		IC2>RC2	
	C1	C2	C1	C2	C1	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2	C1	C2
I	88,9	95,2	8,3	2,4	2,8	2,4	4,5	4,7	74,7	76,7	13,9	14,0	11,4	9,3	4,0	4,0	0,028	0,002	0,420	0,000	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
II	87,7	88,1	9,6	11,9	2,7	0,0	4,5	4,6	71,6	72,1	21,0	20,9	7,4	7,0	4,1	4,1	0,118	0,012	0,318	0,001	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
III	84,7	90,5	9,7	7,1	5,6	2,4	4,3	4,6	68,4	76,7	22,8	14,0	8,9	9,3	3,9	4,1	0,039	0,003	0,212	0,002	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
IV	87,3	92,9	7,0	7,1	5,6	0,0	4,5	4,6	65,4	65,1	20,5	23,3	14,1	11,6	3,8	3,8	0,191	0,000	0,488	0,000	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
V	86,3	92,9	5,5	0,0	8,2	7,1	4,3	4,6	63,0	69,8	24,7	18,6	12,3	11,6	3,8	3,8	0,056	0,000	0,330	0,000	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
VI	78,1	87,8	17,8	12,2	4,1	0,0	4,3	4,5	62,5	70,0	27,5	15,0	10,0	15,0	3,8	3,8	0,102	0,002	0,399	0,001	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
VII	85,7	92,9	12,9	4,8	1,4	2,4	4,5	4,7	63,6	71,4	26,0	19,0	10,4	9,5	3,9	4,0	0,069	0,000	0,409	0,000	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
VIII	86,5	92,9	8,1	7,1	5,4	0,0	4,4	4,7	64,2	76,7	19,8	11,6	16,0	11,6	3,8	4,0	0,018	0,001	0,195	0,000	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
IX	89,0	90,5	6,8	4,8	4,1	4,8	4,5	4,5	75,0	67,4	16,3	23,3	8,8	9,3	4,0	3,8	0,200	0,001	0,187	0,000	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
X	82,4	85,7	13,5	11,9	4,1	2,4	4,4	4,5	66,3	74,4	23,8	14,0	10,0	11,6	3,8	4,0	0,188	0,001	0,118	0,017	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
XI	87,8	92,9	9,5	4,8	2,7	2,4	4,4	4,6	72,5	69,8	21,3	18,6	6,3	11,6	4,0	3,9	0,096	0,002	0,347	0,000	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
XII	86,5	95,2	12,2	2,4	1,4	2,4	4,4	4,5	68,8	76,7	23,8	14,0	7,5	9,3	4,0	4,0	0,233	0,003	0,490	0,002	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
XIII	93,2	90,5	4,1	9,5	2,7	0,0	4,6	4,7	75,3	74,4	17,3	23,3	7,4	2,3	4,1	4,1	0,070	0,000	0,429	0,000	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
XIV	86,3	87,8	12,3	9,8	1,4	2,4	4,5	4,6	56,8	54,8	24,7	21,4	18,5	23,8	3,7	3,5	0,194	0,000	0,182	0,000	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
XV	84,9	75,6	8,2	17,1	6,8	7,3	4,3	4,3	65,0	54,8	17,5	26,2	17,5	19,0	3,8	3,6	0,362	0,003	0,101	0,002	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
XVI	83,6	88,1	11,0	11,9	5,5	0,0	4,3	4,5	64,9	69,8	24,7	16,3	10,4	14,0	3,9	3,9	0,117	0,004	0,344	0,005	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
XVII	87,8	92,9	10,8	7,1	1,4	0,0	4,4	4,8	79,0	79,1	14,8	7,0	6,2	14,0	4,1	4,1	0,002	0,006	0,201	0,000	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
XVIII	87,8	95,2	10,8	2,4	1,4	2,4	4,5	4,7	74,1	72,1	19,8	9,3	6,2	18,6	4,1	4,0	0,069	0,001	0,428	0,001	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					
XIX	91,9	92,9	6,8	4,8	1,4	2,4	4,6	4,6	75,3	81,4	21,0	11,6	3,7	7,0	4,1	4,2	0,150	0,000	0,345	0,002	IC1>IC2	IC1<RC1	RC1>RC2	IC2>RC2					

Fonte: Dados da pesquisa.

Esses números denotam a necessidade de as instituições atentarem mais para as ações destinadas aos alunos do curso referentes à internalização e também ao desenvolvimento das competências reais, de modo que se pautem nas diretrizes do mesmo. Tais resultados sugerem que os referidos aspectos não vêm sendo percebidos tanto na IES Pública como também na IES Privada.

5.3. Comparando os dados das IES's

Após aplicar testes de comparação entre os dados das IES's, no campo do ideal, observou-se que todas as médias da primeira coleta da IES Pública foram significativamente maiores que as da IES Privada, à exceção das competências prescritas nos incisos XV e XIX (MEC, 2006), cujos resultados dos testes de comparação retornaram p-valores acima de 0,05, não se podendo afirmar nada a respeito.

Já na segunda coleta, apenas as médias das competências prescritas nos incisos I e II (MEC, 2006) diferiram significativamente entre os discentes da IES Pública e da IES Privada, também superiores para os primeiros; isso denota um nivelamento das percepções entre os alunos das duas IES acerca do que deveria ser desenvolvido em suas experiências acadêmicas.

No campo do real, os resultados da segunda coleta foram exatamente o contrário dos relatados anteriormente: apenas as competências dos incisos I e II (MEC, 2006) não diferiram na análise dos alunos, e todas as demais médias dos discentes da IES Privada foram superiores. Na primeira coleta, percebeu-se semelhança para a maioria das competências prescritas, ainda no campo do real, porém isso não se verificou em seis incisos (I, III, IV, V, X, XVI) (MEC, 2006); em todos os casos de médias semelhantes, as dos discentes da IES Pública foram menores que os da IES Privada.

Tais resultados podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3:

Médias das respostas dos alunos quanto às contribuições ideais e reais do curso para a formação e o desenvolvimento de suas competências profissionais, conforme descritas nas DCN-CGT, separadas por campo de avaliação (ideal e real), por IES (pública e privada) e por coleta, e resultados dos testes de comparação

Contribuições	Ideal										Real								
	Médias dos Alunos					Resultados dos Testes de Comparação (p-valor)					Médias dos Alunos			Resultados dos Testes de Comparação (p-valor)					
	Pública		Privada		x	Pu-IC1	Pr-IC1	Pu-IC2	Pr-IC2	x	Pública		Privada		Pu-RC1	Pr-RC1	x	Pu-RC2	Pr-RC2
	Pu-IC1	Pu-IC2	Pr-IC1	Pr-IC2							Pu-RC1	Pu-RC2	Pr-RC1	Pr-RC2					
I	4,9	4,9	4,5	4,7	0,000	0,000	0,018	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	0,251	0,311				
II	4,8	4,9	4,5	4,6	0,000	0,000	0,002	3,9	3,9	4,1	4,1	4,1	4,1	0,037	0,131				
III	4,8	4,7	4,3	4,6	0,000	0,000	0,145	3,9	3,7	3,9	4,1	3,9	4,1	0,146	0,012				
IV	4,8	4,7	4,5	4,6	0,000	0,000	0,226	3,7	3,4	3,8	3,8	3,8	3,8	0,150	0,013				
V	4,8	4,7	4,3	4,6	0,000	0,000	0,282	3,6	3,6	3,8	3,8	3,8	3,8	0,104	0,048				
VI	4,6	4,7	4,3	4,5	0,000	0,000	0,066	3,4	3,2	3,8	3,8	3,8	3,8	0,005	0,002				
VII	4,8	4,8	4,5	4,7	0,000	0,000	0,287	3,6	3,5	3,9	4,0	3,9	4,0	0,020	0,008				
VIII	4,7	4,6	4,4	4,7	0,000	0,000	0,137	3,6	3,5	3,8	4,0	3,8	4,0	0,030	0,001				
IX	4,6	4,5	4,5	4,5	0,012	0,259	0,244	3,6	3,5	4,0	3,8	4,0	3,8	0,000	0,012				
X	4,8	4,6	4,4	4,5	0,000	0,000	0,192	3,8	3,7	3,8	4,0	3,8	4,0	0,212	0,012				
XI	4,8	4,7	4,4	4,6	0,000	0,000	0,356	3,8	3,6	4,0	3,9	4,0	3,9	0,022	0,022				
XII	4,8	4,5	4,4	4,5	0,000	0,000	0,244	3,7	3,6	4,0	4,0	4,0	4,0	0,008	0,012				
XIII	4,7	4,7	4,6	4,7	0,003	0,416	0,416	3,8	3,7	4,1	4,1	4,1	4,1	0,002	0,016				
XIV	4,7	4,6	4,5	4,6	0,002	0,362	0,362	3,3	2,7	3,7	3,5	3,5	3,5	0,003	0,001				
XV	4,4	4,3	4,3	4,3	0,216	0,455	0,455	3,2	2,8	3,8	3,6	3,8	3,6	0,000	0,000				
XVI	4,7	4,6	4,3	4,5	0,000	0,301	0,301	3,7	3,7	3,9	3,9	3,9	3,9	0,058	0,039				
XVII	4,7	4,6	4,4	4,8	0,000	0,068	0,068	3,8	3,8	4,1	4,1	4,1	4,1	0,009	0,013				
XVIII	4,7	4,5	4,5	4,7	0,017	0,052	0,052	3,7	3,5	4,1	4,0	4,0	4,0	0,000	0,003				
XIX	4,6	4,7	4,6	4,6	0,173	0,307	0,307	3,7	3,8	4,1	4,2	4,1	4,2	0,000	0,010				

Fonte: Dados da pesquisa.

Desse modo, pode-se ressaltar que os dados apontam para avaliações satisfatórias dos abordados acerca das competências prescritas nas DCN do curso focalizado no campo do ideal, o que ocorre na maioria maciça das percepções no campo do real, em ambas as IES's, já que apenas na IES Pública houve escores medianos nas contribuições reais das competências prescritas nos incisos IV (segunda coleta), VI, XIV e XV (ambas coletas) (MEC, 2006).

Não foi observada contribuição considerada insatisfatória (média inferior a 2,4) em nenhuma competência, em ambas as coletas e IES's. Apurou-se um nível de exigência maior entre os alunos da IES Pública, em ambas as coletas; no entanto, o nível de exigência de alunos de ambas as IES's vem diminuindo, por razões ainda obscuras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar como são percebidas as contribuições, ideais e reais, de dois cursos de graduação em Turismo para a formação e o desenvolvimento das competências profissionais de seus alunos, na percepção deles próprios.

Desse modo, a problematização percorreu três eixos: a evolução do ensino superior no país, a evolução atípica do curso de turismo e as competências profissionais a serem formadas nos discentes, futuros turismólogos.

Visando o atingimento do objetivo geral do estudo, procedeu-se a um estudo longitudinal, comparativo, descritivo, com abordagem quantitativa, o qual abordou alunos de dois cursos de graduação em Turismo, um ofertado por uma IES pública e outro por uma IES privada, ambas localizadas em Belo Horizonte (MG).

Na pesquisa empírica, foram realizadas duas coletas de dados (uma no ano 2013, outra em 2015), configurando um estudo longitudinal, além de comparativo, descritivo e com abordagem quantitativa. Tais coletas abordaram alunos de dois cursos de graduação em Turismo, um ofertado por uma instituição de ensino superior pública e outro por uma instituição privada, localizadas em Belo Horizonte (MG).

O questionário foi composto por duas partes: a primeira incluiu dados sócio-demográficos e, na segunda, as competências previstas nas diretrizes curriculares nacionais para o referido curso, na qual o respondente deveria assinalar seu nível de concordância com relação às contribuições do curso por meio de uma escala do tipo Likert de 5 graus. Os dados foram tabulados em planilha eletrônica e analisados por meio de estatística uni e bivariada.

Os dados apontaram avaliações satisfatórias dos abordados acerca das competências prescritas nas diretrizes, no campo do ideal, e apenas na instituição pública foram apurados escores medianos nas contribuições reais. Isso indica um nível de exigência maior entre os alunos da instituição pública, apesar das médias e percentuais de avaliações em nível satisfatório terem diminuído em ambas instituições, de uma coleta para outra, por razões que podem ser alvo de investigações futuras, que contem com abordagens qualitativas.

Como foi abordado um curso em duas IES's, sugerem-se também mais inserções de pesquisas com vistas a desnudar o perfil do aluno “calouro” e do “egresso”, visando aprofundar nos motivos subjacentes às práticas didático-pedagógicas e, daí, aperfeiçoá-las com vistas a uma formação mais consistente nos futuros turismólogos, incluindo atividades de planejamento, pois delas derivam todas as demais possibilidades de ações no mercado globalizado.

REFERÊNCIAS

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, de <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>, acessado em maio 25, 2013.

Catani, A. M. & Oliveira, J. F. (2002). *Educação Superior no Brasil - Reestruturação e metamorfose das Universidades Públicas*. Petrópolis: Vozes.

Dutra, J. C. (2004). *Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna*. São Paulo: Atlas.

Fleury, M. T. L., & Fleury, A. (2001). Construindo o conceito de competência. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(edição especial),183-196.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (1998). *Evolução da Educação Superior - Graduação*, de <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>, acessado em maio 25, 2013.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2003). *Resumo técnico do Censo 2004*, de <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>, acessado em maio 25, 2013.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2011). *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2011*, de <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>, acessado em maio 25, 2013.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2012). *Resumo técnico Censo da Educação Superior de 2012*, de http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf, acessado em junho 23, 2015.

MEC - Ministério da Educação. (2006). Resolução nº 13, de 24 de dezembro de 2006. Estabelece as Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Turismo, de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13_06.pdf, acessado em maio 25, 2013.

Paiva, K. C. M. (2007). *Gestão de competências e a profissão docente: um estudo em universidades no estado de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Administração),

Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

Paiva, K. C. M. (2013). Das “competências profissionais” às “competências laborais”: modelo de análise e agendas de pesquisa. *Tourism and Management Studies*, Special Issue (Book of Proceedings 2), 502-510.

Paiva, K. C. M., & Melo, M. C. O. L. (2008). Competências, gestão de competências e profissões: perspectivas de pesquisas. *Revista de Administração Contemporânea*, 12(2), 339-368.

Vergara, S. C. (2009). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas.

Zarifian, P. (2001). *Objetivo Competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas.